



Conselho Directivo do INSA, IP

Despacho N.º 3 /2011

SIADAP 2010

Nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 43.º da Lei nº66-B/2007, de 28 de Dezembro, conjugado com o constante no Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 4 de Fevereiro, determino que seja efectuada a divulgação dos critérios de ponderação curricular, e respectiva valoração, aplicáveis aos trabalhadores deste Instituto, critérios estes aprovados em reunião de 12/01/2011 do Conselho Coordenador da Avaliação e constantes do Anexo I que integram a respectiva acta.

INSA, IP, 14 de Janeiro de 2011

O Presidente do INSA, IP

Prof. Doutor José Pereira Miguel



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Acta nº 1/2010
Conselho Coordenador da Avaliação
- Período de avaliação de 1-1-2010 a 31-12-2010 -

Aos doze dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, pelas onze horas, reuniu nas instalações da sede deste Instituto, o Conselho Coordenador da Avaliação, estando presentes o Professor Doutor José Manuel Domingos Pereira Miguel, Presidente do INSA, IP, que presidiu, Prof. Doutor José Manuel Calheiros, Dra. Filomena Parra, Dra. Manuela Carvalho, Dr. José Gancho e Dr. Carlos Cunha Pinto, este último, através de sistema de videoconferência.

A reunião teve como objectivo a aprovação dos critérios e respectiva valoração a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no art.43º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

A presente reunião foi secretariada pela Dr.ª Manuela Carvalho.

Tendo sido dado início à reunião, o Sr. Presidente alertou para a necessidade do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) ter de definir, nos termos da legislação em vigor, os critérios de ponderação curricular para a avaliação de 2010 e a aplicar aos trabalhadores do INSA, I.P.

De seguida, a Dra. Manuela Carvalho, tomando a palavra, chamou a atenção para o facto de que os critérios a aplicar às ponderações curriculares e a realizar no âmbito do artigo 43º da Lei nº 66-B/2007, 28 de Dezembro, devem obedecer aos procedimentos constantes do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro.

Posto isto, e após a competente análise e apreciação foram aprovados por todos os membros presentes na reunião os critérios de ponderação curricular relativa ao ano 2010, e que constam de documento anexo a esta acta, Anexo I, e que dela faz parte integrante.

Deliberou ainda este CCA fixar em 25/01/2011 a data limite para os interessados apresentarem o pedido de ponderação curricular.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião da qual foi lavrada esta acta que depois de aprovada, foi assinada pelos presentes.



Final

O Conselho Coordenador da Avaliação

(Prof. Doutor José Pereira Miguel)

(Dra. Filomena Parra)

(Dr. José Manuel Calheiros)

(Dra. Manuela Carvalho)

(Dr. Carlos Pinto)

(Dr. José Gancho)



Handwritten signatures and initials in blue ink.

**Anexo I à Acta nº 1/2011,
do Conselho Coordenador da Avaliação**
- Período de avaliação de 1-1-2010 a 31-12-2010-

1 – A Circular Normativa n.º 2 de 25 de Janeiro de 2005, e a Circular Informativa n.º 10 de 28 de Março de 2007, da actual Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, determinam a aplicação do sistema de avaliação do desempenho vigente para as carreiras gerais da Administração Pública aos profissionais inseridos na carreira de técnico superior de saúde, uma vez que a referida carreira não possui um sistema de avaliação específico.

2 – Relativamente ao ano de 2010, na avaliação de desempenho dos trabalhadores por ponderação curricular, nos termos do artigo 43º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, e do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro, são considerados os seguintes elementos:

- a) As habilitações académicas e profissionais (HAP);
- b) A experiência profissional (EP);
- c) A valorização curricular (VC);
- d) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (EC).

3 - A expressão da ponderação curricular corresponde à escala de avaliação qualitativa e quantitativa e às regras de diferenciação de desempenhos previstas na Lei.
Assim, a avaliação de desempenho por ponderação curricular respeita a escala prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, e é expressa na seguinte escala:

- Desempenho relevante, correspondendo a uma avaliação final de 4 a 5;
- Desempenho adequado, correspondendo a uma avaliação final de desempenho positivo de 2 a 3,999;
- Desempenho inadequado, correspondendo a uma avaliação final de 1 a 1,999.

Em qualquer circunstância a avaliação final mínima não será inferior a um ponto, nem a máxima poderá exceder cinco pontos.

A cada um dos elementos de ponderação curricular, tal como definidos no n.º 1 do artigo 3º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro, não pode ser atribuída uma pontuação inferior a 1 ponto.



[Handwritten signature in blue ink]

4 - A avaliação final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos, ou conjuntos de elementos de ponderação curricular, referidos nas alíneas a), b), c), d) anteriores, nos seguintes termos:

- Ao conjunto de elementos referidos na alínea a) é atribuída uma ponderação de 10%;
- Ao conjunto de elementos referidos na alínea b) é atribuída uma ponderação de 55%;
- Ao conjunto de elementos referidos na alínea c) é atribuída uma ponderação de 20%;
- Ao conjunto de elementos referidos na alínea d) é atribuída uma ponderação de 15%.

Quando deva ser atribuída 1 ponto ao conjunto de elementos referido na alínea d), as ponderações previstas no número anterior são alteradas nos seguintes termos:

- A ponderação prevista na alínea b) sobe para 60%;
- A ponderação prevista na alínea d) desce para 10%;
- As ponderações previstas nas alíneas a) e c) mantêm-se.

5 – Nos termos do disposto no nº.3 do artigo 43º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, nas avaliações resultantes da ponderação curricular terão de ser respeitadas as regras relativas à diferenciação de desempenhos (percentagem máxima de 25% para as avaliações finais de desempenho relevante e, de entre estas, 5% do total dos trabalhadores para o reconhecimento de desempenho excelente).

CRITÉRIOS e PONDERAÇÃO

Técnicos Superiores de Saúde

e

Técnicos Superiores (regime geral)

1. A ponderação curricular dos trabalhadores dos grupos profissionais correspondentes às carreiras de técnico superior de saúde e técnico superior, é feita de acordo com os seguintes factores e resulta da média ponderada das pontuações atribuídas aos factores avaliados:

$$\text{Ponderação Curricular} = (0,1 \cdot \text{HAP}) + (0,55 \cdot \text{EP}) + (0,2 \cdot \text{VC}) + (0,15 \cdot \text{EC})$$

Ou, quando deva ser atribuída pontuação de 1 ao conjunto de elementos EC,

$$\text{Ponderação Curricular} = (0,1 \cdot \text{HAP}) + (0,60 \cdot \text{EP}) + (0,2 \cdot \text{VC}) + (0,10 \cdot \text{EC})$$



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em que:

HAP = Habilitação académica e profissional

EP = Experiência profissional

VC = Valorização curricular

EC = Exercício de cargos dirigentes ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

Na valorização dos factores constituintes da fórmula observar-se-ão as seguintes regras:

1.1. – HAP - Habilitação académica e profissional

No que respeita às habilitações académicas e profissionais consideram-se as habilitações legalmente exigidas para o ingresso na carreira, à data dos respectivos ingressos, pontuados em função da avaliação ou média final de curso, do seguinte modo:

- Média final superior a 16 valores5 pontos
- Média final entre 11 e 15,99 valores3 pontos
- Média final entre 10 e 10,99 valores1 ponto

1.2 - EP – Experiência profissional

Pondera e valoriza o desempenho de funções ou actividades, incluindo as desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

A valoração deste elemento será efectuada do seguinte modo:

$$EP = (0,5 \cdot RF) + (0,5 \cdot AP)$$

Em que:

RF = Relevância das funções

AP = Acções e projectos

Todas as referências às funções ou actividades e participação em acções ou projectos de relevante interesse constantes do currículo devem ser demonstradas de modo inequívoca, com a indicação do respectivo período temporal.



[Handwritten signature and initials]

As funções ou actividades a considerar reportam-se ao âmbito do conteúdo funcional próprio da carreira de técnico superior de saúde ou de técnico superior, conforme constante do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro e no anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, respectivamente.

1.2.1. Relevância das funções

Avalia a relevância das funções e tarefas exercidas do seguinte modo:

- Elevada relevância de funções e tarefas exercidas..... 5 pontos
- Média relevância de funções e tarefas exercidas..... 3 pontos
- Reduzida relevância de funções e tarefas exercidas..... 1 ponto

1.2.2. Acções e projectos

A participação em acções ou projectos de relevante interesse a considerar são as seguintes:

- Designação e participação em grupos de trabalho, comissões, júris de concursos de pessoal ou outros equiparados;
- Designação e participação em estudos ou projectos internos ou externos em representação do serviço;
- Participação como orador/formador em seminários, conferências, colóquios, acções de formação ou outros equiparados.

A valoração a considerar para esta componente será efectuada nos seguintes termos:

- Participação em onze ou mais das acções consideradas5 pontos
- Participação entre seis e dez das acções consideradas3 pontos
- Participação até cinco das acções consideradas1 ponto

1.3 - Valorização Curricular

Na valorização curricular é considerada a participação em pós-graduações, acções de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos 5 anos, incluindo as frequentadas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

interesse público ou de relevante interesse social, sendo ainda consideradas neste elemento as habilitações académicas superiores às legalmente exigidas à data da integração do trabalhador na respectiva carreira.

Não será considerada a frequência de workshops.

Só serão consideradas as participações que sejam comprovadas, de modo inequívoco, com a indicação expressa da respectiva duração em horas.

A valoração será feita do seguinte modo:

- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração total superior a 150 horas ou posse do grau de mestre ou grau de doutor5 pontos
- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração total entre 60 e 150 horas.....3 pontos
- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração inferior a 60 horas.....1 ponto

1.4 Exercício em cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público e relevante interesse social

Considera o exercício de cargos ou funções de relevante interesse público e ou relevante interesse social, nos termos definidos nos artigos 7.º e 8.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro, sendo valorado do seguinte modo:

- Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social por um período superior a 3 anos.....5 pontos
- Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social por um período até 3 anos.....3 pontos
- Não exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social1 ponto



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**Assistentes Técnicos
e
Assistentes Operacionais**

2. A ponderação curricular dos trabalhadores dos grupos profissionais correspondentes às carreiras de assistente técnico e assistente operacional, é feita de acordo com a fórmula e os critérios definidos em 1, com as seguintes especificidades:

A) No factor EP – Experiência profissional é ponderado e valorizado o desempenho de funções ou actividades, incluindo as desenvolvidas no exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação, nos termos legalmente previstos, funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

A participação em acções ou projectos de relevante interesse a considerar no âmbito do factor **EP – Experiência profissional** são as seguintes:

- Designação e participação em grupos de trabalho, comissões, júris de concursos de pessoal ou outros equiparados;
- Participação como orador/formador em seminários, conferências, colóquios, acções de formação ou outros equiparados.

A valoração a considerar para esta componente será efectuada nos seguintes termos:

- Participação em mais de sete das acções consideradas5 pontos
- Participação entre quatro e seis das acções consideradas3 pontos
- Participação até três das acções consideradas1 ponto

B) Valorização Curricular - Na valorização curricular é considerada a participação em pós-graduações, acções de formação, estágios, congressos, seminários, cursos, conferências, palestras, encontros, jornadas e colóquios ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos 5 anos, incluindo as frequentadas no exercício de cargos de chefia de unidades/subunidades orgânicas/exercício de funções de coordenação, nos termos legalmente previstos ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou de relevante interesse social, sendo ainda consideradas neste elemento as habilitações académicas superiores às legalmente exigidas à data da integração do trabalhador na respectiva carreira.



[Handwritten signature and stamp]

- Carreira de **assistente técnico**:

- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração total superior a 150 horas ou posse do grau de bacharel, de licenciado ou superior 5 pontos
- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração total entre 60 e 150 horas..... 3 pontos
- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração inferior a 60 horas..... 1 ponto

- Carreira de **assistente operacional**:

- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração total superior a 150 horas ou posse do grau de bacharel ou superior ou detentor do 12.º ano 5 pontos
- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração total entre 60 e 150 horas..... 3 pontos
- Participação em acções de formação nos últimos 5 anos com duração inferior a 60 horas..... 1 ponto

C) O factor EC = Exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação, nos termos legalmente previstos, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 3º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro.

Será considerado o exercício de cargos ou funções de relevante interesse público e ou relevante interesse social, nos termos definidos nos artigos 7.º e 8.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro, sendo valorado do seguinte modo:

- Exercício de funções de chefia de unidades/subunidades orgânicas/exercício de funções de coordenação ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social por um período superior a 2 anos..... 5 pontos
- Exercício de funções de chefia de unidades/subunidades orgânicas/exercício de funções de coordenação ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social por um período até 2 anos..... 3 pontos
- Não exercício de funções de chefia de unidades/subunidades orgânicas/exercício de funções de coordenação ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social 1 ponto